

Sindicato de escolas reconhece abuso

O Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, Paulo Sampaio, admitiu ontem que a maioria das escolas citadas na ação civil pública impetrada pela Curadoria de Justiça do Consumidor cobrou, nas mensalidades de março e abril, os índices de reajuste dos dissídios de professores e funcionários, antes que eles tivessem sido pagos.

Reunido com o Curador de Justiça do Consumidor, Hélio Gama, e na presença dos administradores dos Colégios Suíço-Brasileiro, Saint John e Senhor do Bonfim, Paulo Sampaio disse que aconselhará as escolas a refazerem os cálculos das mensalidades, já que os reajustes continuam abusivos, acrescentando que os cálculos da Curadoria estão corretos.

Segundo ele, essas escolas terão que devolver nas mensalidades de

maio e junho o que cobraram a mais, conforme estabelecido pelo Curador de Justiça do Consumidor. Paulo Sampaio citou como exemplo o Colégio Saint John, que repassou nas mensalidades de abril 70 por cento de aumento referentes ao dissídio. Segundo ele, a escola já está preparando os novos carnês, garantindo a restituição do que foi cobrado a mais e o cumprimento do acordo.

Carlos Alves da Silva, Administrador do Colégio Suíço-Brasileiro, disse, no entanto, que não devolverá o que cobrou a mais, alegando que cumprira rigorosamente o acordo firmado em janeiro entre a Apaerj e o Sindicato. Segundo ele, será feita uma auditoria interna para levantar os gastos da escola, que, segundo ele, foram elevados. Ele explicou que o colégio já está com uma dívida de CZ\$ 10 milhões e que, se tiver que

devolver o dinheiro, o fechará. Segundo Carlos Alves, o dissídio dos funcionários (ainda não marcado) já foi pago. Indagado a respeito do acordo, ele disse que não tinha conhecimento de seus itens. O Suíço-Brasileiro chegou a cobrar 300 por cento a mais em janeiro, fevereiro, março e abril.

O Curador de Justiça do Consumidor, Hélio Gama, disse que retirará o nome do Colégio Senhor do Bonfim da ação civil, pois a escola já apresentou os novos carnês, reduzindo os valores cobrados anteriormente. A proprietária da escola, Maria Elisabeth Campos de Faria, disse que não sabia que descumprira o acordo, mas garantiu que os índices foram baixos apesar das denúncias. Segundo Hélio Gama, mais de 300 escolas já reduziram as mensalidades, apesar do grande número de reclamações.

Apaerj enviará nova lista à Curadoria

A Associação de Pais de Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Aperj) enviará à Curadoria de Justiça do Consumidor, até o fim da semana, uma relação de 200 escolas de vários municípios que continuam desrespeitando o acordo firmado em janeiro entre a entidade e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino. Carmelena Pereira, Presidenta da Apaerj, criticou o trabalho de fiscalização das escolas e disse que diariamente recebe dezenas de denúncias. O Curador de Justiça do Consumidor, Hélio Gama, explicou que, se forem constatadas as irregularidades, entrará na Justiça com uma ação civil contra os colégios.

Conselho não permite o repasse

As escolas do Primeiro e Segundo Graus e universidades particulares não podem aplicar sobre as mensalidades a chamada correção de defasagem — repasse de custos e inflação —, porque o Conselho Estadual de Educação não homologou nenhum dos cerca de 120 processos pedindo autorização para os repasses. A informação é do Presidente da Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação (CEE), Arlindenor Pedro de Souza, que, a pedido da UEE e Apaerj, formulou ontem uma declaração reafirmando que o órgão não autorizou a aplicação da correção.

Segundo a Presidenta da Apaerj, Carmelena Pereira, e o Presidente da UEE, Cristiano Machado, as esco-

las e universidades aplicaram ilegalmente correções de cem a 150 por cento sobre as mensalidades de dezembro de 1987, o que influiu sobre o cálculo das mensalidades deste ano. O Presidente da Comissão de Encargos Educacionais informou que o órgão baixou a deliberação nº 148/88, determinando que os pedidos de correção de defasagem não homologados serão desconsiderados. Os Presidentes do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Primeiro e Segundo Graus, Paulo Sampaio, e Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Superior, Ney Suassuná, argumentam que os pedidos de correção acabaram aprovados por decurso de prazo.